

REVISTA *CLARIDADE*: O “FINCAR OS PÉS NA TERRA” CABO-VERDIANO

Simone Donegá Marques (Mestre em Letras pela UNESP)

RESUMO

Pretende-se analisar neste trabalho o surgimento e desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde, bem como refletir sobre a importância da revista *Claridade*, periódico que representou um marco inicial na literatura cabo-verdiana ao voltar-se para o espaço do arquipélago, com a sua realidade humana e cultural. Em um país carente tanto de recursos materiais para a produção e circulação da literatura quanto de leitores, o grupo de intelectuais cabo-verdianos formado por Manuel Lopes (1907-2005), Jorge Barbosa (1902-1971) e Baltasar Lopes (1907-1989), entre outros, decidiu criar no ano de 1936 a revista *Claridade*, considerada como instrumento desencadeador do processo de autoconhecimento e de busca de identidade do povo cabo-verdiano. Influenciados pela revista portuguesa *Presença* e pela literatura brasileira moderna, os escritores cabo-verdianos puderam, através da *Claridade*, revelar ao mundo a existência de um país com graves carências e sérios problemas sociais, intervindo na realidade social e política do arquipélago.

Palavras-chave: Imprensa cabo-verdiana; revista *Claridade*; movimento Claridade; cabo-verdianidade.

ABSTRACT

It is intended to analyze the emergence and development of the press in Cape Verde, as well as to reflect about the importance of the *Claridade* magazine, a periodical that represented an initial landmark in the Capeverdean literature when turning to the space of the archipelago, with its human and cultural reality. In a country lacking both from material resources for the production and circulation of the literature and readers, the group of Capeverdean intellectuals formed by Manuel Lopes (1907-2005), Jorge Barbosa (1902-1971) and Baltasar Lopes (1907-1989), among others, decided to create in the year 1936 the *Claridade* magazine, considered as an triggering instrument of the process of self knowledge and identity search of the Capeverdean people. Influenced by the portuguese magazine *Presença* and by the modern Brazilian literature, the Capeverdean writers could, through *Claridade*, reveal to the world the existence of a country with serious needs and serious social problems, intervening in the social and political reality of the archipelago.

Keywords: Capeverdean press; *Claridade* magazine; Claridade movement; Capeverdeanity.

A revista *Claridade*, marco da literatura moderna cabo-verdiana, surgiu num momento de grande turbulência nacional e internacional. No âmbito nacional, a situação de grande penúria do povo cabo-verdiano, consequência de uma má administração secular do colonizador português e das prolongadas estiagens típicas do arquipélago, bem como o estado de extrema opressão e repressão causado pelo regime ditatorial salazarista marcaram o cotidiano das ilhas. No plano internacional, acontecimentos significativos do século XX, tais como a Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Nazismo e o Fascismo, presentes na Europa, bem como a Guerra Civil Espanhola, caracterizaram um período composto por graves consequências económicas, políticas e sociais.

É necessário lembrar que no período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) despontaram vários movimentos independentistas africanos em países como Estados Unidos, Martinica, Haiti e Cuba. Acontecimentos históricos como a independência dos Estados Unidos, assim como a Revolução Francesa (que deu origem à *Declaração dos Direitos Humanos*) fizeram surgir questionamentos sobre os limites da liberdade e da igualdade por parte das comunidades africanas em face de seu passado de povos colonizados.

Nesse cenário, emergiu o Pan-Africanismo - movimento cultural e político, cujos principais nomes foram intelectuais como E. Blyden (1832-1912), W. E. Du Bois (1868-1963), M. Garvey (1887-1940), Frantz Fanon (1925-1961) e K. N’Krumah (1909-1972). Este movimento visava à defesa dos direitos das populações dos continentes africanos, a fim de promover a independência e a integração desses países:

É esse o contexto no qual ocorre o pan-africanismo manifestado de diversas formas, tais como congressos, conferências, criação de organizações, atividades educativas, literárias e até comerciais, dando ensejo para a continuada gestação de idéias anticolonialistas. Elas estão presentes, por exemplo, nos quatro Congressos Pan-Africanos que se realizam em Paris (1919), Londres, Bruxelas e Paris (1921), Londres e Lisboa (1922) e Nova York (1927), eventos que conferem às atividades nacionalistas e à luta contra o colonialismo na África um caráter internacional, repercutindo sobretudo na África Ocidental. Os congressos reforçam a tímida consciência dos negros de todo o mundo sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania (HERNANDEZ, 2002, p. 141).

De acordo com José Marcel Lança Coimbra (2012, p. 129), nos Estados Unidos, autores como Longston Hughes (1902-1967), Countee Cullen (1903-1946) e Claude McKay (1889-1948) tiveram por escopo a valorização das origens africanas. A busca da cultura e da identidade negra também foi o objetivo de escritores e intelectuais na Martinica, com a

publicação da revista *Lucioles* (1927), e no Haiti, onde foram exaltadas a religião *vodu*, a língua *créole* e a música negra. Já em Cuba se originou o movimento do Negritismo, tendo como seu principal expoente o escritor negro Nicolas Guillén (1902-1989).

Também em Paris, na década de 1930, surgiu o movimento da Negritude entre os estudantes africanos, cujo intento era fazer a defesa da cultura negra perante a dominação da cultura ocidental. Sustentado por intelectuais como Leopold S. Senghor (1906-2001), Aimé Césaire (1913-2008), Léon Damas (1912-1978) e Alioune Diop (1910-1980), o intuito da Negritude foi a negação do processo de incorporação da cultura europeia, através da retomada e do enaltecimento dos valores e da cultura africana.

Igualmente se faz necessário recordar a importância dos movimentos independentistas na África. Segundo Alfredo Margarido, em Angola, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, houve entre os jovens intelectuais angolanos um processo de questionamento da condição de seu povo e assim surgiu o “Movimento dos Novos Intelectuais”:

Utilizando como suporte a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), os jovens intelectuais criam primeiramente o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, cujo slogan-programa, criado por Viriato da Cruz (1928-1973) denuncia a situação de alienação ou de aculturação a que foram submetidos os africanos: “vamos descobrir Angola!” Programa simples na aparência, mas impondo o reencontro com uma África amordaçada pelo colonialismo. A publicação da primeira antologia dos novos poetas de Angola, em 1950, permite a elaboração dum primeiro referencial mas só a publicação da revista *Mensagem* (1951-1952) fornecerá a plataforma definitiva a esse movimento (MARGARIDO, 1980, p. 116).

Já em Moçambique, de acordo com Margarido (1980, p. 116), existiu uma situação diferente de Angola, uma vez que, primeiramente, a antologia da poesia de Moçambique foi publicada em Lisboa e não na África. Em segundo lugar, o projeto literário e político dos jovens autores moçambicanos, segundo o autor, por meio da criação da revista *Msabo*, em 1952, refletiu não haver uma convicção firme sobre as raízes africanas da produção poética moçambicana. Com a censura, houve então uma vedação da discussão dos problemas culturais e políticos de Moçambique.

Margarido (1980, p. 117) afirma ainda que devido ao desenvolvimento da consciência africana, reforçada pelas revoltas e consequentes independências obtidas pelos países africanos, houve um acirramento da censura sobre as produções literárias desses países, fazendo com que muitos autores tivessem que se exilar em Portugal. Assim, Lisboa, no

período compreendido entre 1953 e 1965, foi o centro de produção e de difusão das obras literárias africanas de expressão portuguesa.

Francisco José Tenreiro (1921-1963) e Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foram os responsáveis pela organização e edição do primeiro caderno de *Poesia negra de expressão portuguesa*, que surgiu em Lisboa no ano de 1953 e que teve a ideologia da negritude como base elementar para sua formulação. Porém, deve-se observar que a obra poética cabo-verdiana não foi incluída nesta antologia porque, segundo os seus organizadores, não estava sintonizada com os ideários da negritude. De acordo com Francisco Tenreiro, citado por Margarido (1980, p. 117), a poesia cabo-verdiana tem o seu valor, porém, trata-se de “uma poesia de características regionais bem vincadas”. Ou seja, para Tenreiro e Andrade a poesia produzida no arquipélago não refletia uma contestação política.

Deve-se destacar também a importância da “Casa dos Estudantes do Império” que teve como membros Amílcar Cabral (1924-1973), Eduardo Mondlane (1920-1969), Agostinho Neto (1922-1979), entre tantos outros que, por meio desta instituição, divulgaram os escritores africanos, algo que não era possível realizar naquele momento na África.

Entretanto, em Cabo Verde, o movimento Claridade não se identificou com a oposição radical pregada por esses movimentos independentistas africanos. No tocante ao despertar de uma consciência da realidade do arquipélago, Ferreira recorda as palavras de Baltasar Lopes (1907-1989):

Uma tomada de consciência regional muito nítida se instala nos escritores de Cabo Verde, que decidem romper com os arquétipos europeus e orientar a sua atividade criadora para as motivações de raiz cabo-verdiana. Não é ainda uma posição anti-colonial. Não é ainda, nem nada que se pareça, algo que tenha a ver com a idéia de independência política ou nacional (FERREIRA, 1977, p. 37-38 *apud* COIMBRA, 2001, p. 31).

Para que houvesse essa tomada de consciência dos intelectuais cabo-verdianos a educação e a imprensa desempenharam um papel imprescindível. Convém recordar que sempre foi notório o desinteresse por parte de Portugal em investir na área educacional de Cabo Verde, uma vez que, ao tempo da independência do arquipélago (proclamada em 5 de julho de 1975) ainda havia um número reduzido de escolas e um alto nível de analfabetismo.

Segundo Margarido “já em 1595 as autoridades portuguesas procuraram dar uma base mínima ao ensino no arquipélago, (...) exclusivamente consagrado à formação do clero, tão necessário no arquipélago, como no espaço colonial português” (MARGARIDO, 1983, p. XXXIX *apud* OSÓRIO, 1998, p. 109). Com a criação do Bispado de Cabo Verde (Diocese de Santiago) em 1532, primeiro Bispado Africano, e do Seminário de Santiago (1570), ambos em Ribeira Grande, percebe-se que a ação da educação catequética exercida pela Igreja Católica nas ilhas é algo notório. E, sendo assim, ainda que esta ação do clero tivesse como principal motivo os interesses econômicos e políticos da Metrópole, por meio da “ladinização”¹ dos escravos, ela conseguiu fazer com que a instrução fosse difundida nas ilhas, na afirmação de Jorge Querido:

É que, apesar de a função principal do clero, nesse tempo, ser a de doutrinar e baptizar os não-cristãos e “ladinizar” os escravos, tornando-os assim de maior valor comercial, as aulas de catequese, na prática, chegaram a funcionar como verdadeiras escolas de aprendizagem das primeiras letras e de rudimentos da língua portuguesa (QUERIDO, 2011, p. 63).

No entanto, a difusão da educação deu ensejo a uma “elite letrada” em Cabo Verde, totalmente alienada, não tendo contato com os problemas do arquipélago. Percebe-se, então, que o ensino era um poderoso instrumento utilizado pelo poder colonial a fim de atender seus objetivos.

José Conrado Carlos de Chelmichi afirma que “a primeira vez que o Governo da metrópole se lembrou desta província foi em 1740, mandando um mestre de Gramática outorgando-lhe, pelo Alvará de 12 de Janeiro do mesmo ano, cinquenta mil réis de ordenado anual” (CHELMICHI, 1841, p. 194 *apud* FERREIRA, 1973, p. 246). Além disso, em 1794 houve uma ordem para que, à custa da Fazenda Nacional, fossem transportados “rapazes para Lisboa, aonde se deviam instruir nas ciências, artes e ofícios” (CHELMICHI, 1841, p. 194 *apud* FERREIRA, 1973, p. 247). Mas, conforme ainda realça Chelmichi, esse plano não se efetivou, já que os rapazes ao desembarcarem em Lisboa ficaram abandonados, perambulando pelas ruas ou trabalhando como criados ou marinheiros.

¹ Expressão utilizada pelos historiadores para especificar o tratamento dado ao escravo. Interessava à metrópole ladinizar o escravo (ensiná-lo a falar e a escrever o Português), cuja tarefa era dos missionários portugueses, o que aumentava o valor destes escravos perante o valor do “boçal” – escravo analfabeto e que falava somente a sua língua (CARREIRA, Antonio – Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), 2ª ed. Instituto Caboverdeano do Livro, 1983, p. 277).

Já no ano de 1834 foi criada, na ilha de Brava, a Escola Principal de Cabo Verde e cabe ressaltar que o período correspondente ao século XIX se caracterizou como o mais fecundo quanto à propagação do ensino em Cabo Verde.

Com base em entrevista de Gabriel Mariano (1928-2002) concedida ao *Diário Popular*, de 23 de maio de 1963, além de dados coletados no Boletim Oficial, Ferreira lembra que a partir de 1860 começou-se a estudar, em algumas escolas de Cabo Verde, o latim, o francês, o inglês, bem como Filosofia Racional e noções de Náutica. Além disso, Gabriel Mariano afirma que, após a reorganização do antigo Seminário-Liceu em 1892, dois cursos foram abrangidos: o preparatório e o eclesiástico, sendo que a fase complementar do curso preparatório possuía 16 cadeiras, divididas em seis anos - Português, Francês, Inglês, Latim; Retórica; Literatura Clássica, Filosofia Racional, Direito; Economia Política; Música Local, Instrumental, etc (MARIANO, 1963 *apud* FERREIRA, 1973, p. 249).

Importa lembrar também que o Seminário de São Nicolau foi fundado no ano de 1869, “como parte de uma política mais ampla da Metrópole, formalizada em 30 de novembro de 1869, com a Reforma do Ensino de Ultramar” e em 1912 foi criado o Liceu D. Henrique em São Vicente, o qual foi fechado no ano de 1936 e reaberto em 1937 (HERNANDEZ, 2002, p. 100).

O interesse pelo conhecimento refletiu-se na criação de treze associações recreativas e culturais na cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago, no período compreendido entre os anos de 1853 a 1892, como, por exemplo, a Sociedade Gabinete de Literatura (1860) e a Associação Literária Grémio Cabo-Verdiano (1880), entre outras. Pode-se concluir que com a criação dessas associações culturais houve a “existência de um gosto não só pela instrução como pela cultura e até pela literatura que nessa época deve ter despertado em Cabo Verde e atingido um certo grau” (FERREIRA, 1973, p. 249).

É importante destacar que a instalação de instituições de ensino, ao propiciar o desenvolvimento da educação formal em Cabo Verde, deu ensejo a importantes desdobramentos para a população das ilhas. Primeiramente, a educação formal ocasionou o deslocamento da população do campo para a cidade, fazendo com que fosse possível haver uma mobilidade vertical dos setores da sociedade. A possibilidade de ascensão econômica e de obtenção de um melhor padrão de vida fez da educação formal um verdadeiro projeto de vida. No entanto, o número de instituições de ensino era reduzido e estas reafirmavam a diferença abissal entre ricos e pobres (CARREIRA, 1983, p. 60 *apud* HERNANDEZ, 2002, p. 101).

Em segundo lugar destaca-se o interesse dos mais jovens por uma formação universitária. Hernandez (2002, p. 101) ressalta que como o diploma universitário era algo que possibilitava prestígio, grande parte dos jovens visavam obtê-lo, o que provocava uma falta de formação própria para os cargos de nível intermediário e também uma oferta de trabalho inferior à demanda de jovens recém-saídos da universidade.

Outra questão que se coloca como desdobramento da educação formal é a que diz respeito ao surgimento de uma elite intelectual questionadora da situação do povo cabo-verdiano. O despertar de um pensamento crítico teve como causa também a emigração dos estudantes de Cabo Verde para Portugal, com o objetivo de terem acesso a uma educação formal ou a uma formação profissional. Isso fez com que esses jovens estudantes tivessem uma percepção mais clara a respeito da necessidade de resistência frente ao colonialismo (HERNANDEZ, 2002, p. 101-102).

Por último, é importante também ressaltar o vínculo estreito existente entre os jovens estudantes e a criação e desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde. Segundo Brito-Semedo (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 24), com a implantação da tipografia no arquipélago, bem como a formação tanto de um público leitor possuidor de um certo grau de instrução, quanto de uma elite letrada e culta, haviam as condições básicas ao surgimento da imprensa não oficial em Cabo Verde.

Margarido (MARGARIDO, 1983, p. XXXVIII *apud* HERNANDEZ, 2002, p. 48) lembra que com os jornais publicados em Praia, entre os anos de 1877 e 1889, inicia-se uma tímida, porém crescente manifestação de reivindicações políticas, uma vez que já veiculavam ideias abolicionistas, sendo verdadeiros instrumentos da insatisfação popular, como, por exemplo, os periódicos *O Independente* (1878), *O Correio de Cabo Verde* (1879), *Echo de Cabo Verde* (1880), entre outros.

No entanto, cumpre assinalar que o percurso da imprensa e da atividade literária em Cabo Verde foi caracterizado por muitos percalços, incluindo desde a falta de recursos materiais até a dura repressão da Metrópole à atividade literária das ilhas.

Apesar de todas as dificuldades para obtenção da tipografia e, conseqüentemente, da instalação da imprensa - fator comum às nações africanas que foram colônia de Portugal - em Cabo Verde a tipografia surgiu em 1842, coincidindo com a publicação do primeiro número do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*.

Mais tarde, com o título de *Boletim Oficial de Cabo Verde*, tinha por objeto as publicações oficiais do Governo, mas como não havia um periódico não oficial no

arquipélago, “os primeiros poetas e prosadores cabo-verdianos começaram a exprimir-se através do Boletim Oficial – secção Interior, ‘Parte não Oficial’, incluía notícias diversas, anúncios particulares, crónicas, poesias e ficção, esta, em forma de folhetim” (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 23-24).

Interessante, portanto, observar que, em meio às publicações próprias de um periódico, houve a inserção de textos literários neste e em outros boletins cabo-verdianos. Cláudia Bernardete Veiga de Almeida² lembra que o *Boletim Oficial de Cabo Verde*, em comparação aos boletins oficiais publicados nas demais colônias portuguesas, “foi talvez o que cumpriu um papel literário mais significativo, quer pela quantidade de matérias literárias publicadas, quer por ter sido o único veículo de escrita daquela comunidade até o final da década de 1870” (GARMES, 1999, p. 282 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 21). De acordo com Hélder Garmes (GARMES, 1999, p. 282 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 21), o *Boletim Oficial de Cabo Verde* a partir de 1847 possuía uma seção literária que não devia nada a qualquer periódico produzido na metrópole.

Os periódicos publicados entre os anos de 1880 a 1899 traziam notícias de Cabo Verde e de Portugal, abordavam assuntos variados e comentários sobre política, mas também continham seções literárias com crônicas, contos, poemas, artigos e narrativas folhetinescas, como, por exemplo, “Amores d’uma creola”, da autoria de Antônio de Arteaga. Traziam, pela primeira vez, letras de músicas e narrativas na língua cabo-verdiana, com as respectivas versões em português, como foi o caso do *Almanach Luso-Africano*.

Cabe igualmente destacar que no período compreendido entre 1895 e 1907 os jornais fundados nas ilhas cabo-verdianas “podem ser considerados significativos, se se tiver em conta que esta fase é a da instalação e do nascimento do prelo, com muitas e longas interrupções e várias restrições à imprensa periódica pela Censura” (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 164 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25).

Já entre os anos de 1910 e 1926, período correspondente à implantação da República e que se estende até a Ditadura militar em Portugal, surgiram dezessete periódicos, os quais, segundo o autor, “deram eco às ideias republicanas e ampliaram as aspirações do povo das ilhas” (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25).

² Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-17082009-145351/pt-br.php>. Acesso em 10 out. 2016.

O período que compreende os anos de 1926 a 1933 foi marcado em Portugal tanto pela instauração da Ditadura Militar (1926-1933) como pelo surgimento do Estado Novo (1933-1974), provocando, conseqüentemente, uma grande limitação à liberdade de expressão, através da “Lei de João Belo”. Dessa forma, além de haver o desaparecimento de todos os demais periódicos existentes até aquela época, somente três periódicos surgiram - *Hespérides* (1927), em Praia; *Notícias de Cabo Verde* (1931-1962) e *Alma Arsinária* (1932), em São Vicente. No entanto, mesmo com a repressão exercida pelo regime ditatorial, ainda surgiram alguns periódicos na clandestinidade.

Por consequência, estes periódicos que surgiram até o início do século XX no arquipélago suscitaram o surgimento das produções dos primeiros escritores cabo-verdianos. Logo, o elo formado entre ensino-imprensa-literatura é indissociável e extremamente importante para que se possa compreender as especificidades da formação e desenvolvimento de uma literatura escrita em Cabo Verde.

Jurema José de Oliveira³ enfatiza que as publicações do período colonial foram instrumentos de difusão das obras dos primeiros escritores do arquipélago, configurando “um espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência aos mandos e desmandos de um sistema colonialista que ignora o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão dos povos subjugados” (OLIVEIRA, s.d., p. 8).

No entanto, após cinco séculos sob dominação colonial, Cabo Verde carregava a marca da dominação também em sua literatura e, conseqüentemente, a literatura produzida no arquipélago ainda seguia os ditames europeus, mais precisamente os ditames portugueses, não possuindo, portanto, uma literatura autêntica, capaz de reproduzir as especificidades de seu povo. Com exceção de *Arquipélago*, antologia poética de Jorge Barbosa (1902-1971), publicada em 1935, cuja temática são as questões sociais e políticas das ilhas, a literatura produzida antes da *Claridade* caracterizou-se por não se voltar para a realidade de sua terra.

Foi nesse contexto sócio-cultural que o grupo de intelectuais cabo-verdianos formado por Manuel Lopes (1907-2005), Jorge Barbosa e Baltasar Lopes (1907-1989), entre outros, decidiu criar no ano de 1936 a revista *Claridade*, considerada como instrumento desencadeador do processo de autoconhecimento e de busca de identidade do povo cabo-verdiano. Segundo Coimbra, a realidade concreta das ilhas - o estado de

³ Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial>. Acesso em 12 jan. 2017.

pobreza elevada, a estiagem intermitente e o desemprego que obrigava a população a emigrar para outros locais - deu ensejo a uma tomada de consciência entre os intelectuais claridosos:

Tratava-se, no caso dos escritores cabo-verdianos, de voltar-se para o espaço do arquipélago, com a sua realidade humana e cultural: a insularidade, o oceano a perder de vista, os ritmos populares, a mistura étnica (crioulidade), a língua crioula, a seca e a fome, a exploração, a emigração, a falta de empregos e oportunidades. Estes viram-se a uma posicionamento entre a aceitação pura e simples da dominação e da imposição, estética e política, de modelos da metrópole ou a “tomada de consciência”, a valorização da realidade regional, humana, enquanto fonte de inspiração para a elaboração literária (COIMBRA, 2012, p. 120).

Benjamin Abdala Junior⁴ considera que há uma divisão na literatura cabo-verdiana em dois períodos: um período anterior e outro posterior à revista *Claridade*. A literatura produzida antes da *Claridade* caracterizou-se por não se voltar para a realidade do arquipélago, sendo assim guiada pelos valores metropolitanos. O político e escritor Amílcar Cabral⁵, fundador do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), afirma que por conta do que aprenderam nos livros, esses poetas acabavam imitando os autores que conheciam, produzindo uma poesia cuja temática ficava circunscrita apenas a sentimentalismos, exaltação patriótica e saudosismo exarcebado (CABRAL, 1976, p. 114).

Mesmo diante de muitas dificuldades existentes na época - principalmente o regime de censura que vigorava no arquipélago – o grupo de jovens escritores cabo-verdianos tomou a decisão de criar um instrumento que fosse capaz de reivindicar o reconhecimento da cultura de seu país, expressando toda a realidade concreta das ilhas. Nas palavras de Maria Aparecida Santilli, a geração claridosa teve por objetivo “delinear um perfil do cabo-verdiano, pela perspectiva do próprio cabo-verdiano” (SANTILLI, 2007, p. 23).

Ainda sob o estímulo da produção literária portuguesa, principalmente da revista *Presença*, os ideais claridosos começaram então a ganhar forma. Identificados com a publicação lusitana que rompia com as formas antigas de uma literatura que já não correspondia mais aos anseios de um povo, os intelectuais claridosos vislumbraram a criação de um movimento cultural e literário capaz de contestar a realidade insular cabo-verdiana.

⁴ Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26005>. Acesso em: 29 ago. 2016.

⁵ Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/download/1769/1580>. Acesso em: 06 fev. 2017.

Segundo Thiago Mio Salla⁶, mesmo tendo a revista *Presença* um caráter mais introspectivo e não voltado para as questões sociais de sua época, o desejo de renovação promovido por ela ia ao encontro dos anseios dos intelectuais e escritores claridosos, uma vez que objetivava a valorização de uma literatura nacional própria, não mais voltada para velhos padrões.

No processo de busca e valorização da identidade cabo-verdiana, além da revista *Presença*, a literatura brasileira teve um papel de extrema importância. A busca dos escritores cabo-verdianos pelas raízes identitárias de seu povo procurava ter como parâmetro uma realidade que fosse similar à sua, com todos os seus problemas enquanto país colonizado, com uma população caracterizada pela miscigenação e com seus anseios de libertação do peso colonial. Osório de Oliveira (1900-1964) traduz essa necessidade de identificação dos escritores cabo-verdianos com uma literatura que representasse uma realidade comum à realidade insular:

Os caboverdeanos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdeanos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os cabo-verdianos descobriram o seu caminho (CLARIDADE, n. 2, p. 4).

De acordo com Simone Caputo Gomes, a literatura brasileira, com a profusão de ideias iniciais do Modernismo Brasileiro em sua 1ª fase, correspondia ao padrão cultural procurado pelos escritores do arquipélago como inspiração para uma criação literária autêntica, que valorizasse a regionalidade cabo-verdiana:

O Modernismo brasileiro e a ruptura histórica que a Semana de Arte Moderna de 1922 desencadeou com relação ao paradigma estético-literário europeu constituíram o húmus que propiciou a busca da tradição regional (num primeiro momento) em consonância com os movimentos de autenticidade e de diferenciação face à cultura do colonizador. O destaque para os elementos indígena e negro – em especial – na formação da brasilidade encontraram eco nas culturas africanas de língua portuguesa para forjar a sua independência literária (GOMES, 2008, p. 117).

⁶ Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/69495/97318>. Acesso em: 09 jan. 2017.

O Modernismo Brasileiro teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna de 1922, evento realizado na cidade de São Paulo cujo objetivo era contestar as comemorações oficiais do centenário da independência política do Brasil e que contou com a participação de pintores - Di Cavalcanti (1897-1976), poetas – Manuel Bandeira (1886-1968) e escritores – Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954) e Menotti del Picchia (1892-1988), dentre outros. Questões como a liberdade, o nacionalismo e o antitradicionalismo constituíram a base desse evento e impulsionaram o movimento modernista, que tinha por finalidade firmar a independência intelectual do país sem, no entanto, perder a sintonia com os movimentos vanguardistas europeus – Cubismo (1907), Futurismo (1909), Expressionismo (1911), Dadaísmo (1918) e Surrealismo (1924).

Entretanto, segundo Coimbra (COIMBRA, 2012, p. 137-138), a postura irreverente dos modernistas paulistas não conseguiu atingir diretamente os intelectuais cabo-verdianos, visto que esse tipo de posicionamento não se fez presente na revista *Claridade*, tampouco na produção literária dos escritores claridosos.

Por outro lado, houve uma real identificação dos escritores cabo-verdianos com a temática regionalista brasileira de ênfase social. O Brasil, neste período, além de ter sido marcado pela Revolução de 1930 e pela decadência da sociedade oligárquica tradicional, sofria com as consequências da crise mundial. A literatura regionalista surgia então como um instrumento de denúncia social, onde havia a representação dos conflitos do indivíduo com o meio natural e social em que estava inserido. As intermináveis estiagens e suas consequências catastróficas para o povo nordestino brasileiro, bem como as heranças terríveis de um processo de colonização escravista eram representadas pelos ficcionistas da década de 1930:

Também o romance regionalista nordestino de cunho social (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado), a poesia telúrica e de comprometimento social de Jorge de Lima, a prosa poética e de invenção linguística de Guimarães Rosa contribuíram como referências para a assunção dos “monumentos” literários africanos autóctones (GOMES, 2008, p. 117).

Segundo Salla (2014, p. 5), autores como Ribeiro Couto (1898-1963) e Jorge de Lima (1893-1953) na poesia, José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001) na ficção, bem como Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900-1987) no ensaio foram os principais nomes que contribuíram para o despertar da nova mentalidade cabo-

verdiana. Cabe também ressaltar a fundamental importância do poeta Manuel Bandeira (1886-1968), uma vez que o tema de “Pasárgada” (“Vou-me-embora pra Pasárgada”), contida na obra poética “Itinerário de Pasárgada”, foi extremamente representativa para o ideário cabo-verdiano, tendo como seu principal entusiasta e divulgador o poeta Osvaldo Alcântara, heterônimo poético do escritor Baltasar Lopes (1907-1989).

O contato dos escritores cabo-verdianos com a literatura brasileira moderna ocorreu por meio de empréstimo, conforme se observa na transcrição do relato feito por Baltasar Lopes no prefácio da revista *Claridade*:

Há pouco mais de vinte anos eu e um grupo de reduzidos amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. Precisávamos de certezas sistemáticas que só nos podiam vir, como auxílio metodológico e como investigação, de outras latitudes. Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos, fraternalmente juntas, em sistema de empréstimo, alguns livros que considerámos essenciais *pro doma nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego d’*O Menino de Engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e *Mar Morto*; o Amândio Fontes d’*Os Corumbas*; o Marques Rebelo d’*O Caso da Mentira*, que conhecemos por Ribeiro Couto. Em poesia foi um “alumbramento” a *Evocação do Recife*, de Manuel Bandeira, que, salvo um ou outro pormenor, eu visualizava com as suas figuras dramáticas, na minha vila da Ribeira Brava (CLARIDADE, 1986, p. XXIX-XXX).

Importa, no entanto, registrar o entendimento de Ferreira, no prefácio da revista *Claridade*, onde ele prefere afirmar que há uma intertextualidade entre as literaturas brasileira e cabo-verdiana e não propriamente uma identificação total e direta, já que a literatura do arquipélago, com base nas referências literárias brasileiras inovadoras, percorreu seu próprio trajeto. Segundo Ferreira, apesar de assumirem o papel relevante da literatura brasileira no fazer literário cabo-verdiano, os três fundadores da *Claridade* – Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa – sempre rejeitaram atribuir à palavra “influência” uma conotação de subserviência. É o que afirma, por exemplo, Jorge Barbosa, citado por Ferreira:

Tal influência resultou sobretudo do exemplo dos escritores brasileiros ao se debruçarem sobre a terra natal e sobre a gente irmã, onde foram encontrar os temas das suas obras. Deles aproveitamos, pois, a *descoberta* e a *experiência*, que nos contagiaram com o seu entusiasmo de coisa nova. Para mais, havia já parecenças entre o povo de Cabo Verde e grandes sectores do povo brasileiro. [...] O exemplo, repito-o, do ensaísta, do romancista e do poeta modernos brasileiros fez ecoar em

nós, com a sua novidade, um ardor novo, e daí advieram novas ideias e a indicação de outros caminhos (CLARIDADE, 1986, p. XXXI).

No que se refere ao batismo da revista *Claridade*, convém lembrar que existiram dois elementos para a escolha do nome do periódico, segundo Baltasar Lopes:

Intervieram na adopção deste nome duas ordens de factores. Por aquela altura era-nos familiar o pungente romance *Le feu*, de Henri Barbusse, que era em França figura importante se não dominante do grupo *Clarté*; por outro lado, tínhamos conhecimento da existência, na Argentina, de uma revista *Claridad*; se me não falha a memória, não tínhamos notícias da adopção deste título por qualquer grupo de qualquer outro centro de vida intelectual (CLARIDADE, 1986, p. XIII).

A revista *Claridade* teve seu primeiro número publicado no ano de 1936 e perdurou por 24 anos, tendo seu último exemplar publicado em 1960. No entanto, os nove números do periódico não foram publicados de forma contínua, havendo duas interrupções na sua publicação e, conseqüentemente, duas diferentes fases da revista.

De acordo com Coimbra (COIMBRA, 2012, p. 125), isso ocorreu devido ao fato de terem existido muitas dificuldades de ordem material – consequência do início dos conflitos da Segunda Guerra Mundial - que impossibilitaram a sua publicação, havendo em seu terceiro número (março de 1937) a primeira interrupção na circulação da revista. O quarto número somente seria publicado dez anos depois, contendo então quarenta páginas, ocorrendo de modo diferente dos três primeiros números, que possuíam cada um o total de apenas dez páginas. No mês de setembro desse mesmo ano foi publicado o quinto número, contendo 44 páginas. Já no ano seguinte, 1948, surgiu o sexto número com 42 páginas e em dezembro de 1949 houve a publicação do sétimo exemplar, com 52 páginas. Aqui, houve uma nova interrupção uma vez que somente em maio de 1958 foi publicado o oitavo número, com 76 páginas.

E, finalmente, em 1960, foi publicado o último número do periódico, sendo este o exemplar mais extenso – 84 páginas – e o único que continha ilustrações: duas, apresentando cenas típicas de Cabo Verde, em preto e branco, sendo que a primeira, na capa, trazia mulheres trabalhando na embarcação de mercadorias no porto e a segunda apresentava um linóleo da autoria de Rogério Leitão, de página inteira, com a figura de uma

⁷ Movimento que teve suas origens entre 1916 e 1917, em Paris, com a mobilização de intelectuais contra a guerra e que buscou organizar um movimento internacional para a preservação da independência intelectual. Deu origem a uma revista de mesmo nome, lançada em 1919.

mulher negra, com lenço na cabeça e socando pilão, na preparação do milho para a *cachupa*, prato típico cabo-verdiano.

Por meio da reunião de poemas, contos, trechos de romances, breves ensaios e apontamentos, o periódico procurou não somente se voltar para o plano literário, mas também para a pesquisa e divulgação de informações acerca da história econômica e social do arquipélago, além de buscar se aprofundar na investigação da alma cabo-verdiana, com seus dilemas e inquietações.

Na primeira fase da *Claridade* (março de 1936 a março de 1937) foram publicados os três primeiros números, nos quais há a presença da língua cabo-verdiana, a referência ao dilema “partir-ficar” do homem ilhéu e aos ritmos musicais típicos do arquipélago que expressam o modo de ser cabo-verdiano, bem como o diálogo existente entre a literatura brasileira e cabo-verdiana. Já a segunda fase da revista (1947 a 1960) caracterizou-se por uma conotação mais combativa, apresentando um caráter maior de denúncia quando comparada à sua primeira fase, o que provocou a intensificação da Censura.

Importante lembrar que com a colonização portuguesa, houve uma soma das tradições africanas às tradições europeias, bem como às próprias tradições e costumes do homem ilhéu. Sendo assim, o povo cabo-verdiano possui características próprias: daí o fator da mestiçagem (mais de dois terços do total) ser o desencadeador do fato do povo ilhéu assumir sua identidade mestiça não como africano ou europeu, mas como cabo-verdiano. Dessa forma, houve a miscigenação do europeu, principalmente dos portugueses, com o africano. Porém, em Cabo Verde, essa miscigenação se deu de forma muito maior, dando origem a uma cultura que não seria nem africana nem europeia, mas cabo-verdiana.

Por causa da miscigenação de seu povo, Cabo Verde possui uma língua própria, a língua cabo-verdiana. E, além de uma língua própria, construiu uma identidade própria através de sua música, dança, culinária e literatura. Com isso, o povo cabo-verdiano possui um modo único de ser, de sentir, de pensar e de se expressar com seus costumes e tradições, que vem a ser a cabo-verdianidade. Através da cabo-verdianidade o povo ilhéu construiu sua identidade cultural, social e política, o que constituiu objeto de análise por parte do movimento Claridade e que a revista de mesmo nome valorizou e conseguiu expressar em seus números.

A publicação de um texto na língua cabo-verdiana em seu primeiro número representa uma ruptura com o formato tradicional de uma revista, de acordo com Pierre Rivas:

As revistas em geral se abrem com uma apresentação do diretor, com a função de manifesto ou de “contato de leitura”, e na qual se definem as orientações da revista, sua razão de ser. Nada disso existe em *Claridade*, ou melhor, é preciso saber ler a abertura, que é um manifesto em ato, provocador no seu laconismo e revelador de seu espírito duplamente manifesto e dissimulado: esses “batuques da Ilha de Sant’ago” em crioulo não traduzido dizem simultaneamente o enraizamento popular e a fidelidade à língua do povo. Mais do que um discurso teórico, manifestam o sentido da empreitada que começa: a promoção da cultura nacional e a função do folclore como origem e fundamento da idéia de nacionalidade literária, como foi o caso do Romantismo europeu, a busca das fontes na própria pátria, e do Modernismo brasileiro. O programa de *Claridade* seria “Vamos descobrir Cabo Verde”. Este aspecto etnográfico – presente no âmago do Romantismo europeu, do modernismo brasileiro e inseparável do projeto de nacionalização literária e política – atravessa toda a revista e lhe dá um acento inconfundível (RIVAS, 1989, p. 40-41 *apud* COIMBRA, 2001, p. 50).

De acordo com Ferreira, ao publicar seu número inaugural com uma finaçom, a revista *Claridade* ampliou o uso e a presença da língua cabo-verdiana para além do simples folclorismo:

E é por isso que se acentua aqui o fato de ter sido a *Claridade* que, sendo uma revista em língua portuguesa, chamou a si o propósito de conferir ao crioulo o prestígio de autêntica expressão cultural. Abrindo o seu primeiro número com uma finaçom e mais tarde inserindo poesias em crioulo do mesmo passo que chama a si a problemática dialectológica local, tratada sobretudo por Baltasar Lopes, colocou-se na vanguarda do movimento e nobilitação do dialeto crioulo de Cabo Verde e ajudou a dar-lhe o prestígio que, embora penosamente, vai conquistando (FERREIRA, 1973, p. 111-112).

Esse fato vai ao encontro dos ideais do grupo fundador da revista *Claridade* uma vez que ao trazer letras de cantigas populares – as finaçons – é valorizada a língua cabo-verdiana. Esta língua materna era restrita apenas ao uso informal em família, pois a língua portuguesa, existente em Cabo Verde desde o início do povoamento das ilhas em 1462, sempre foi a língua do colonizador, utilizada em atos administrativos e representante da cultura oficial.

Além da publicação de letras de cantigas populares, houve a reprodução de textos na língua cabo-verdiana, letras de mornas e poemas, bem como a inclusão de palavras nesta mesma língua em falas de personagens, tal como ocorre com o romance *Chiquinbo*, de

Baltasar Lopes. *Claridade* trouxe, em primeira mão, dois capítulos desta obra, sendo que o capítulo *Bibia* foi publicado no primeiro número da revista e *Infância* em seu terceiro número. *Chiquinbo*, romance de iniciação publicado em 1947 e considerado o primeiro romance cabo-verdiano, integra trechos na língua cabo-verdiana ao texto escrito em língua portuguesa, representando uma inovação na literatura produzida na época.

Dessa maneira, ao publicar textos que trazem a língua cabo-verdiana nas falas de personagens dentro de um texto escrito na língua portuguesa, *Claridade* ousa para os padrões da época (onde era predominante até então o uso da língua da metrópole nos textos escritos) e afirma a especificidade da identidade cabo-verdiana.

Percebe-se assim que houve, com a revista *Claridade*, a criação de um português literário próprio, com modificação de estruturas sintáticas e incluindo a língua cabo-verdiana - marcada pela oralidade - em seus textos e poemas.

Ao lado da valorização da língua cabo-verdiana, há também a preocupação dos escritores claridosos em relação à problemática do dilema partir-ficar do povo do arquipélago, que pode ser resumido na fórmula “ter de partir e querer ficar” e “ter de ficar e querer partir”.

Esse querer bipartido afeta tanto aquele que permanece na terra natal, mesmo com todas as intempéries, quanto o que parte para terras desconhecidas à procura de melhores condições de vida. Aquele que opta por ficar sempre terá dúvidas se fez a melhor escolha e o que decide partir tem consciência do seu desenraizamento e isto lhe causa uma grande angústia. Desse modo, seja qual for a decisão tomada pelo homem cabo-verdiano, haverá instabilidade e inquietude em seu íntimo, pois existirá em seu ser uma “saudade do passado, saudade de um futuro (...), sendo a consciência dorida de uma inteireza irrecuperável, da incapacidade de ser ubíquo” (BAPTISTA, 2007, p. 184).

Analisando-se brevemente os exemplares da *Claridade*, percebe-se que os três primeiros números – que abrangem elementos como a busca, a divulgação e a valorização da identidade cabo-verdiana, expressadas em suas diversas formas (língua e musicalidade), bem como a preocupação com os problemas econômicos, sociais e políticos do arquipélago (estado de penúria do povo cabo-verdiano *versus* apego telúrico, dando ensejo ao dilema “partir-ficar” do homem ilhéu) e a identificação com a temática da literatura regionalista moderna brasileira – expressam o desejo do grupo claridoso em produzir uma literatura que fosse o reflexo de uma sociedade miscigenada, colonizada e que vinha

sofrendo as duras consequências de um sistema político autoritário, mas que continuava mantendo sua identidade cultural.

Esta primeira fase da *Claridade* voltou sua atenção para a valorização da língua cabo-verdiana e da morna (ritmo cabo-verdiano que representa sentimentos contraditórios inerentes ao homem insular, ou seja, a melancolia e a alegria), para o dilema partir-ficar que tanto aflige o ilhéu e para o diálogo profícuo existente entre a literatura brasileira e a literatura cabo-verdiana.

Cabe destacar que o segundo exemplar da revista exaltou a morna, trazendo em sua capa a letra da morna *Venus*, na língua cabo-verdiana, de autoria de B. Léza (Xavier da Cruz), um dos mais populares compositores de Cabo Verde. Tendo o nome da deusa do amor, esta morna revela a presença de temas clássicos na música popular do arquipélago.

Também neste segundo número da *Claridade* merece destaque a publicação de um conto popular infantil próprio do folclore do arquipélago. O conto *O lobo e o chibinbo*, de Baltasar Lopes, escrito em português e que contém expressões na língua cabo-verdiana, vai ao encontro do objetivo do grupo claridoso ao trazer para suas páginas narrativas folclóricas, orais, sendo isto uma característica própria de uma literatura de afirmação nacional.

No entanto, com o advento da Segunda Guerra Mundial, *Claridade* encontrou dificuldades para a continuidade de sua publicação, o que levou a uma primeira interrupção de sua circulação por um período de dez anos. Esta última fase da revista, que contou com uma maior gama de colaboradores, caracterizou-se por uma conotação mais combativa:

A última fase da Revista “CLARIDADE” de 1947 a 1960, é caracterizada pela sua heterogeneidade cultural, como também pela variedade dos seus colaboradores, predominando a jovem guarda que se tornara iconoclasta cem por cento, já com nobre sentido nacionalista. A corrente ou influência socialista é notável, quer no sentido, quer nos temas escolhidos. Os poemas passam a ser instrumentos de apelo e denúncia. A prosa dos contos, as novelas, as narrativas e estórias não mais são que reivindicações a favor da dignidade humana ofendida, sobretudo do homem caboverdiano, ou dos homens cercados e famintos, que morrem estoicamente silenciosos (ROMANO, 1984, p. 50-51).

Por apresentar um caráter maior de denúncia quando comparada à sua primeira fase, houve uma intensificação da censura, impedindo o grupo claridoso de expandir e levar adiante o seu projeto.

Passados nove anos após a publicação do seu terceiro número, *Claridade* ressurgiu. Em 1947 foram publicados os seus números quatro e cinco, respectivamente nos meses de janeiro e de setembro, garantindo o retorno grandioso da revista.

O quarto exemplar da *Claridade* traz, além da preocupação com o dilema partir-ficar, a questão das crenças populares do arquipélago. O poema “Terra-longe”, de Pedro Corsino Azevedo, no qual o poeta se vê entre o anseio de retornar à pureza da infância e à evocação das crenças populares. O poeta serve-se “das fontes populares para, a partir delas, criar uma poesia culta de larga significação humana e, em relação ao Arquipélago, revolucionária” (FERREIRA, 1973, p. 240-241). Portanto, apropriando-se do folclore cabo-verdiano, o poeta destacou-se por contribuir para o surgimento de uma modernidade estética (FERREIRA, 1973, p. 241).

No quinto número da revista *Claridade*, publicado em setembro de 1947, destaca-se o estudo da formação social cabo-verdiana feito por Henrique Teixeira de Sousa no ensaio intitulado “A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940”. Nele o autor trata da possibilidade de mobilidade econômica e social dos mulatos (filhos de pai e mãe mulatos) na sociedade cabo-verdiana, em comparação aos mestiços (filhos de pai branco e mãe mulata ou preta) e aos brancos, sendo que estes últimos sofreram uma decadência econômica cada vez mais crescente:

Ao passo que os mulatos triunfaram na sua generalidade, a ponto de hoje serem os grandes comerciantes e agricultores da terra, exceptuando uma ou duas famílias brancas que permaneceram isoladas e resistiram e sobreviveram à derrocada, os mestiços, esses, passam a vida a evocar a sua paternidade e mostram-se incapazes de idênticos progressos (CLARIDADE, 1986, n. 5, p. 42).

No sexto número da *Claridade*, não só a língua cabo-verdiana é valorizada em poemas, como “Galo Bedjo” (“Galo Velho”), “Bida'l Pobre” (“Vida de Pobre”), “Casamento” e “Finaçom” e suas respectivas versões na língua portuguesa, como alguns aspectos dos costumes do povo cabo-verdiano são revelados no ensaio “Tabanca”, de Félix Monteiro. Tendo por tema específico a tabanca, agrupamento que possui uma hierarquia, onde há uma ajuda mútua entre seus integrantes, o autor faz algumas reflexões sobre a evolução semântica da palavra “tabanca”, sua organização enquanto conjunto de pessoas, seus costumes, etc.

No sétimo exemplar da revista *Claridade*, publicado em dezembro de 1949, pode-se destacar o poema “Vozes”, de Manuel Lopes, presente na capa deste número. O eu-lírico se apresenta solitário e dividido entre o estado de “vagabundo dos portos” que não foi

levado pelo navio e o “homem de entre-mar-e-céu”, que a “voz dos portos” chama com “um lenço a acenar”.

Também se destaca neste número do periódico a continuação do ensaio “Tabanca”, de Félix Monteiro, que teve início no número anterior da *Claridade*. Aqui o autor dá maior enfoque ao aspecto religioso da tabanca, com suas lendas e mitos.

A valorização da língua cabo-verdiana se faz presente também neste número da revista, tendo por autores Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa, além de finaçons e um batuque da ilha de Santiago. Vale ressaltar que igualmente neste exemplar da *Claridade*, Baltasar Lopes tece algumas considerações sobre a origem e características das finaçons e batuques da ilha de Santiago.

No oitavo número da *Claridade*, após uma nova interrupção da publicação da revista que perdurou por nove anos, destaca-se o ensaio de Henrique Teixeira de Sousa (1919-2006), que, assim como ocorreu no quinto exemplar da revista, volta a tratar do tema da estrutura social da ilha do Fogo. Tendo por título “Sobrados, lojas e funcos – contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo”, a expressão “sobrados, lojas e funcos”, que aparece frequentemente nas obras do autor, diz respeito a espaços que representam a estrutura social do arquipélago, na qual houve, de modo cada vez mais crescente, a decadência do branco e a ascensão econômica e social do mulato.

No último e mais extenso número da *Claridade*, publicado em dezembro de 1960, também há textos em que a língua cabo-verdiana surge em diálogos das personagens em meio ao texto escrito em língua portuguesa, tais como “Beira do Cais”, de Virgínio Melo (1925-), “Titina”, de Virgílio Pires (1935-) e “Cantigas de Ana Procópio”, de Félix Monteiro (1909-2002).

Conforme citado anteriormente, este exemplar da revista diferencia-se dos demais por conter duas ilustrações em preto e branco – uma se situa na capa e outra está localizada na página 70 deste número, sendo esta última um linóleo de Rogério Leitão, de página inteira, trazendo uma mulher negra, com lenço na cabeça e socando pilão, preparando o milho para a *cachupa*, prato típico cabo-verdiano. Logo em seguida vem um poema de Jorge Pedro, intitulado “Cutchidêra lâ di fora” (com o título traduzido para a língua portuguesa como “Cuchideira lá de fora”), que, ao tratar da temática do trabalho doméstico, procurar expressar a ideia da crença em dias melhores, com chuva e abundância.

Por último, este exemplar da *Claridade* anuncia duas obras que tinham sido publicadas na época: o romance *Os Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes e o volume de poemas

Cais de Ver Partir, de Nuno Miranda, ambos autores claridosos. O texto também ressalta as dificuldades encontradas na publicação dos nove números da revista e nem sempre compreendidas:

Diga-se de passagem: nem todos podem compreender os heroísmos que se escondem debaixo de cada página que publicamos. Se já na própria Metrópole isto é assim, que admira que nestas ilhas esparsas, e esparsas não espiritualmente mas pelas suas delongas de comunicação e pelas suas indigências de fontes e estimulações de cultura viva, sejamos tão pouco férteis. Saudemos nos dois livros indicados acima mais uma prova da nossa vitalidade, da nossa resistência moral (CLARIDADE, 1986, n. 9, p. 83).

Ao voltarem a atenção para a realidade do arquipélago, assumindo-a, e ao valorizarem o povo cabo-verdiano com sua forma única de pensar, sentir e persistir esperançosamente diante das dificuldades, os escritores claridosos contribuíram para a afirmação cultural e literária cabo-verdiana, produzindo um novo e autêntico fazer literário:

Ficou-se sabendo da existência científica da Nossa Língua, da riqueza atávica e força popular do nosso folclore, das fontes longínquas da nossa literatura oral através de estórias e cantigas locais, de conterrâneos que escreviam poemas arrojados e de vanguarda, de outros compatriotas que conseguiam descrever cenas da Nossa Terra que quase ninguém ainda tinha mencionado e de que muito pouco se sabia entre nós (ROMANO, 1984, p. 49).

De acordo com Benjamin Abdala Junior, “os escritores do arquipélago de Cabo Verde procuravam voltar as costas para modelos temáticos europeus. Seus olhos se fixavam no chão crioulo, próprio da mestiçagem étnica e cultural de seu país” (ABDALA JUNIOR, 1993, p. 124). Assim, a revista *Claridade* tinha por objetivo expressar a cabo-verdianidade por meio do uso da língua cabo-verdiana nas poesias e textos ficcionais, do estudo sociológico e antropológico do homem do arquipélago e da valorização da cultura e do folclore do povo das ilhas, promovendo uma emancipação cultural, muito antes da própria emancipação política do arquipélago.

Dessa forma, mesmo diante de uma imprensa incipiente, com poucos recursos materiais e sob uma censura que pretendia impedir o surgimento e continuidade tanto do movimento cultural Claridade quanto da revista do grupo de intelectuais claridosos, o periódico, ainda que com algumas interrupções na publicação de seus números, foi um fator determinante para que o próprio povo cabo-verdiano tomasse consciência de sua identidade.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. Utopia e Dualidade no Contato de Culturas: o Nascimento da Literatura Cabo-verdiana. **Revista USP**. Universidade de São Paulo, n. 18, p. 124-133, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26005>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de. **O escravo: entre a identidade caboverdiana e a literatura europeia**. 2009. 117 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-17082009-145351/pt-br.php>. Acesso em 10 out. 2016.

BAPTISTA, Maria Luísa. **Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes**. 1ª ed. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB001.pdf>. Acesso em 04 jul. 2016.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A Construção da Identidade Nacional: análise da Imprensa entre 1877 e 1975**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CABRAL, Amílcar. *Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana*. In: **Obras escolhidas de Amílcar Cabral - Vol. I: A Arma da Teoria – Unidade e Luta**. [S.l.]: Seara Nova, p. 112-117, 1976. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/download/1769/1580>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CARREIRA, Antonio – **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. 2. ed. Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.

CHELMICHI, José Conrado Carlos de. **Corografia cabo-verdiana ou Descrição geográfico-histórica da província das ilhas de Cabo Verde e Guiné**. Lisboa: [s.n.], 1841, p. 194.

COIMBRA, José Marcel Lança. **Cabo Verde em revista: análise da primeira fase de Claridade (1936-1937)**. 2001, 158 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.

_____. A revista Claridade e a ficção regionalista brasileira de 30. In: BOTOSO, Altamir; DOCA, Heloísa Helou. **Estudos de literatura africana contemporânea**. Bauru: Canal6, p. 117-141, 2012.

FERREIRA, Manuel. **A Aventura Crioula ou Cabo Verde uma síntese cultural e étnica**. Lisboa: Plátano, 1973.

_____. (Org. coord. e dir.). **Revista Claridade**. Ed. Facsimilar. 2. ed. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

_____. O fulgor e a esperança de uma nova idade. **Claridade: revista de artes e letras**. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, p. XIX, 1986.

_____. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

GARMES, Helder. **A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado – Área de Estudos Comparados e L.L.P.), FFLCH/USP.

LOPES, Baltasar. Depoimentos de Baltasar Lopes e Manuel Lopes. **Claridade: revista de arte e letras**. (Ed. fac-sim.) 2. ed. Org. coord. e dir. Manuel Ferreira. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, p. XIII-XV, 1986.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa – ensaios**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

_____. **Prefácio de Folclore Caboverdiano**. Lisboa: Solidariedade Caboverdiana, 1983, p. XXXIX.

_____. A perspectiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso. In: **Folclore cabo-verdiano**. Praia: Da Solidariedade Caboverdiana, p. XXXVIII, 1983.

MARIANO, Gabriel. **Diário Popular**, 23 mai. 1963.

MONTEIRO, Adilson Emanuel Vieira Varela Monteiro. **A Claridade e a assunção da realidade cabo-verdiana: Os Flagelados do Vento Leste, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago**. 2013. 124 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/338>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Jurema José de. **As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial**. Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial>. Acesso em 12 jan. 2017.

OSÓRIO, Oswaldo. Uma Literatura Nascente: a Poesia anterior a Claridade. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, p. 109-113, 1998.

QUERIDO, Jorge. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde**. 1ª ed. [S.l.]: Chiado Editora, 2011.

RIVAS, Pierre. Claridade: emergência e diferenciação de uma literatura nacional. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, p. 39-47, jul/dez, 1989.

ROMANO, Luís. Cem anos de literatura caboverdiana: 1880/1980. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. Universidade de São Paulo, v. 7, p. 25-49, 1984. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90892>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SALLA, Thiago Mio. A revista Claridade e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930.

Via Atlântica. São Paulo, n. 25, p. 103-117, jul. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/69495/97318>. Acesso em: 09 jan. 2017.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Cabo Verde; Ilhas do Atlântico em prosa e verso.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007.